



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Convergência Digital - 14/09/2016

Empresas brasileiras de nuvem protestam contra concorrência desleal

Provedores brasileiros de estrutura de hospedagem precisam se organizar para eliminar a concorrência desleal de empresas estrangeiras que não pagam impostos no Brasil e que, nem sempre, respondem localmente a marcos regulatórios, como o Código de Defesa do Consumidor, nem cumprem as obrigações da CLT.

É o que defende a AbraHosting - Associação Brasileira das Empresas de Infraestrutura de Hospedagem na Internet, ao debater o tema na IV Rodada de Negócios promovida pela entidade. Nas contas da Abrahosting, o setor de provedores conta com 700 empresas e movimentará este ano cerca de US\$ 1,2 bilhão no país.

Na avaliação da Abrahosting, o avanço dos serviços em nuvem deverá provocar uma participação de 85% dessa modalidade no perfil de oferta do setor até 2020, o que torna ainda mais necessário um posicionamento frente à concorrência externa sem regras comerciais claras.

"Eles passam ao largo não só dos tributos, mas também das responsabilidades jurídicas e das obrigações relativas à qualidade, o que traz o risco de uma depreciação muito perigosa para a nossa Indústria, além de pôr em risco o usuário", reclama o presidente da entidade, Vicente M. Neto.

Entre os debatedores da Rodada de Negócios estavam os representantes dos provedores Central Server, Juliano Simões e Locaweb, Luis Carlos dos Anjos. O presidente da Abranet (Associação Brasileira da Internet) e membro do Comitê Gestor da Internet, Eduardo Parajo.

Parajo lembrou alguns pontos da pauta de discussão do setor que tocam diretamente na questão da concorrência externa, como é o caso da normatização de guarda local dos dados nos provedores de serviços digitais. "Os avanços do Marco Civil devem ser complementados com uma ética concorrencial compatível com o respeito ao setor e aos consumidores locais", afirma o executivo.

13/09/2016 - Vermelho

Temer abre temporada de expansão de privatizações

Aeroportos, rodovias, ferrovias e campos de petróleo abrem lista de editais - bilíngues - das chamadas PPIs. Mudanças regulatórias e venda de ativos também fazem parte do chamado programa Crescer

O governo federal divulgou hoje (13) lista dos primeiros projetos que serão entregues à iniciativa privada, por meio de concessões. Os integrantes do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) se reuniram pela manhã, no Palácio do Planalto, para definir as prioridades de concessões na área de infraestrutura, mudanças regulatórias e venda de ativos, que fazem parte do programa Crescer.

Os primeiros projetos a sair do papel deverão ser as concessões dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza, que terão edital publicado no quarto trimestre deste ano e leilão no primeiro trimestre do ano que vem. Também está previsto para este ano o edital para a concessão dos terminais de

combustíveis de Santarém (PA) e do terminal de trigo do Rio de Janeiro.

Já para o ano que vem, devem ser lançados os editais de cinco trechos rodoviários, entre eles as BRs 364 e 365, entre Goiás e Minas Gerais; as BRs-101, 116, 290 e 386, no Rio Grande do Sul. Também estão na lista de concessões para o ano que vem a ferrovia Norte-Sul, que passará por São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins, a chamada Ferrogrão, que integrará o Mato Grosso e o Pará e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), na Baía.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/09/temer-abre-temporada-de-entrega-de-ativos-iniciativa-privada-5540.html>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Convergência Digital

Golpistas cobram R\$ 5 milhões para alterar resultado da urna eletrônica

A partir da denúncia de um prefeito no Rio Grande do Sul, a Polícia Federal prendeu nesta terça-feira, 13/9, duas pessoas acusadas de estelionato por aplicarem um golpe em que prometiam alterar o resultado da urna eletrônica nas eleições municipais de 2 de outubro próximo.

Segundo a PF, “os criminosos diziam ter contato com uma empresa que atualiza o software das urnas eletrônicas e cobriam R\$ 5 milhões para, supostamente, fraudar a eleição para prefeito e R\$ 600 mil para, supostamente, fraudar a eleição para vereador”.

“Após o cumprimento dos mandados, realizado hoje, constatou-se tratar de estelionato, pois não há indícios de que os criminosos realmente poderiam obter êxito em fraudar as urnas eletrônicas e nem mesmo teriam contato com a empresa de atualização de software”, conclui a Polícia Federal.

O TSE também reforça tratar-se de uma tentativa de golpe, e não o abuso de alguma fragilidade da urna eletrônica. “A operação deflagrada hoje, além de deixar claro que a segurança da urna não foi violada, foi realizada exatamente no dia em as urnas começam a ser carregadas com o sistema de votação e a partir de agora não podem mais ser modificadas”, diz nota do presidente do TSE, Gilmar Mendes.

“A Justiça Eleitoral recebeu a notícia da operação com muito pesar e alerta para que candidatos e cidadãos não caiam em golpes como esse. A urna é um equipamento que tem se mostrado inviolável e todo o processo de votação é extremamente seguro. Em vinte anos de história da urna, não houve uma fraude sequer no processo eleitoral brasileiro”, diz o ministro.

Além de duas prisões, uma em Brasília, outra em Xangri-lá, no litoral gaúcho, a PF informou que uma terceira pessoa com mandado de prisão expedido está

foragida. Segundo o chefe da Delegacia de Defesa Institucional da PF, Fernando Casarin – ex funcionário do TRE-RS – que comandou a operação, os acusados diziam ser de uma empresa da capital capaz de modificar os votos.

As negociações do prefeito com os suspeitos, monitoradas pela PF, se

estenderam por um mês. “Eles diziam que poderiam inserir um algoritmo ou alterar um código binário da programação da urna eletrônica, através de um contato com a empresa que fornece o software à Justiça Eleitoral. Para isso, pediam um pagamento de acordo com a arrecadação do município. Os valores variavam de local para local”, explicou Casarin, durante coletiva nesta terça.

Segundo a Justiça Eleitoral, a urna eletrônica possui mecanismos de segurança que garantem que somente os programas gerados na cerimônia de lacração, única oportunidade em que a chave de assinatura oficial dos sistemas é utilizada, possam ser executados com status de aplicação oficial. Nessa oportunidade, os programas são inspecionados, fazendo com que não haja como alguém gerar um programa malicioso para fraudar a eleição. Trata-se do processo de ‘carregamento’ das urnas mencionado pelo presidente do TSE.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

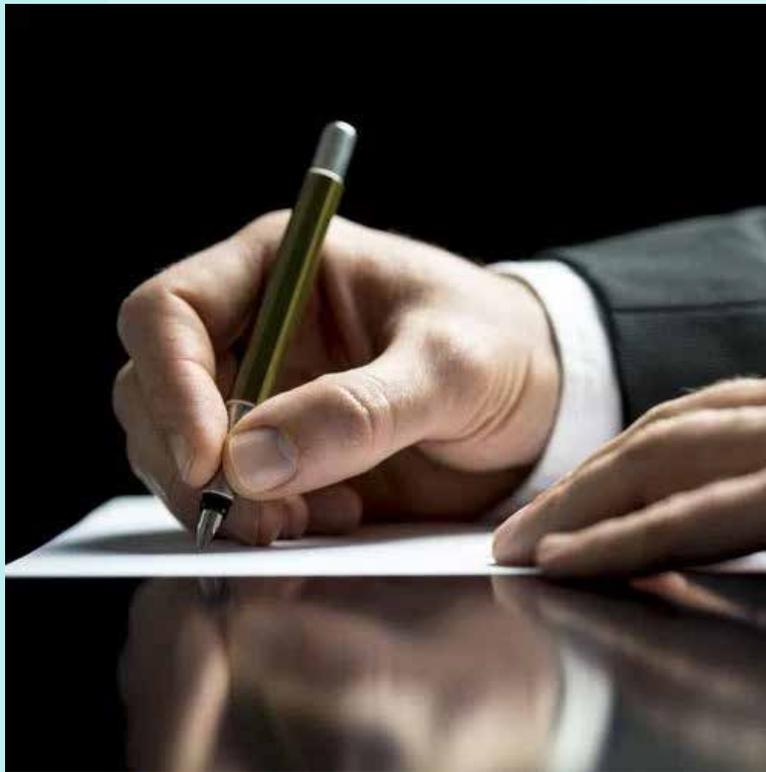
14/09/2016 - Telesíntese

Após acordo entre acionistas, são canceladas assembleias da Oi convocadas por Tanure

Companhia anunciou, ainda, aquisição relevante de ações preferenciais por parte do Bank of America. Agora, os novos membros do conselho precisarão passar pela anuência prévia da Anatel. Conforme antecipou ontem, o Tele.Síntese, deverão ocupar as vagas titulares o ex-ministro das Comunicações, Helio Costa, e o ex-presidente do BNDES, Demian Fiocca.

A Oi informou ao mercado na noite de ontem, conforme antecipado pelo Tele. Síntese, que dois de seus maiores acionistas individuais, a Pharol (dona de 22,24% das ações por meio da Bratel) e o fundo Société Mondiale (6,32%), de Nelso Tanure, entraram em acordo. Ambos vinham em disputa por cadeiras no conselho de administração da concessionária, com o investidor brasileiro chegando a convocar assembleia geral para destituir o atual conselho de administração à revelia do board.

“Em razão da transação, foram extintas todas as demandas relacionadas à convocação e realização das assembleias”, diz o comunicado. Com isso, a tele anunciou a desconvocação das reuniões, cujo chamamento dependia da Justiça após judicialização por



parte da Pharol.

Novo sócio

A Oi comunicou, também, que tem um novo sócio com posição significativa. O Bank of America comprou o equivalente a 5,2% das ações preferenciais da companhia em 12 de setembro. O banco informa, no entanto, que a aquisição é apenas investimento, e que não pretende influenciar no controle ou estrutura de administração da empresa.

Desde o início da recuperação judicial da Oi, cinco bancos ou

fundos estrangeiros ampliaram ou compraram participação na companhia. Atualmente, Morgan Stanley, Pointstate Capital, CQS e Marathon têm mais de 5% de ações, sejam preferenciais, sejam ordinárias.

13/09/2016 - Vermelho

Juízes alertam para decisões do STF que ameaçam direitos trabalhistas

A presidenta Dilma Rousseff denunciou por vezes que o golpe consumado pelo Senado não era apenas contra o seu mandato, mas contra os direitos dos trabalhadores. A passos acelerados, os trabalhadores enfrentam o avanço de uma política que ameaça direitos trabalhistas e tenta impor uma reforma

que estabelece como regra não o direito legalmente assegurado, mas o que for “negociado” numa desigual correlação de força em que o trabalhador é o lado mais fraco.

Segundo a Associação de Juízes para a Democracia, essa tese que coloca o frango para negociar com a raposa já tem sido endossada por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Em nota, a entidade afirma que as “reformas requeridas pelo mercado opõem-se a guarda e o não retrocesso constitucional dos direitos dos trabalhadores”.

“É evidente o açoitamento e a onda em torno da implementação de uma intensa e prejudicial reforma trabalhista. Tal não se revelará factível sem um desmonte da Constituição da República e do microsistema de jurisdição trabalhista. A isso não se chegará sem o aprofundamento da lógica do Estado de exceção. Diversas questões trabalhistas têm sido levadas ao Supremo Tribunal Federal, com o fim de conferir uma nova roupagem ao Direito do Trabalho, representan-



do, ao fim e ao cabo, o rebaixamento dos direitos da classe trabalhadora”, enfatiza a nota, que elenca uma série de decisões proferidas pela Corte Suprema que ameaçam os direitos.

O texto enfatiza que a Constituição não prevê que a Corte Suprema legisle e ainda com a “tarefa instrumental de realizar as

reformas estruturais requeridas pelo mercado, alcançando-se estabilidade política ao preço de retração de direitos dos trabalhadores”.

“A Associação Juízes para a Democracia reitera sua crença na competência da Suprema Corte de guardiã da Constituição da República, em especial de suas cláusulas pétreas e de sua realização cidadã, no sentido de que seja declarada a inconstitucionalidade da denúncia da Convenção 158 da OIT, coibindo de forma efetiva a violência da dispensa arbitrária, bem como a constitucionalidade do direito às mulheres do intervalo antes da jornada extraordinária. Ainda, a responsabilização dos órgãos e agentes públicos por direitos trabalhistas devidos pelos seus prestadores de serviços, a ilegalidade de toda e qualquer jornada que ultrapasse a jornada constitucional, bem como a competência da jurisdição social laboral para servidores públicos, como trabalhadores que efetivamente o são”, finaliza o documento.

14/09/2016 - RBA

Itamaraty extingue departamento de cooperação internacional para combate à fome

A CGFome foi criada em 2004 como desdobramento do programa Fome Zero, iniciativa de 2003 do governo Lula para combater a fome e a miséria no Brasil e no mundo

O Itamaraty extinguiu a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome), órgão criado em 2004 para coordenar ações do governo brasileiro de combate à fome no âmbito internacional. A informação foi



revelada pelo jornal O Globo ontem (13) e confirmada por Opera Mundi.

Nesta terça-feira (13), a reportagem de Opera Mundi tentou entrar em contato com a CGFome por meio dos telefones que continuam disponíveis no site oficial do órgão, mas não foi atendida.

A reportagem ligou então para diversos números disponibilizados no site do Ministério e foi atendida pela Ouvidoria Consular, que afirmou que a CGFome foi de fato extinta há cerca de dois meses.

Procurada por Opera Mundi, a assessoria do Itamaraty disse que a "extinção da Coordenação se deu no âmbito da reorganização administrativa e redistribuição de competências do Ministério das Relações Exteriores (MRE), refletidas no Decreto 8.817, de 21 de julho de 2016 e decorrentes do Decreto 8.785, de 10 de junho de 2016, que determinou o enxugamento da estrutura e a devolução de 46 cargos em comissão do MRE".

A assessoria do Itamaraty afirmou que as funções realizadas anteriormente pela CGFome "foram atri-

buídas a outras unidades do MRE a fim de se manter a continuidade, sendo as operações de cooperação humanitária assumidas pela Agência Brasileira de Cooperação e as atividades de coordenação política assumidas pela Divisão de Temas Sociais".

A CGFome foi criada em 2004 como desdobramento do programa Fome Zero, iniciativa de 2003 do governo Lula para combater a fome e a miséria no Brasil. O órgão promovia o combate à fome no cenário internacional a partir da experiência brasileira, tratando das ações de cooperação humanitária internacional do governo.

Em junho, o Ministério das Relações Exteriores já havia exonerado o diplomata Milton Rondó Filho, coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome da Secretaria Geral de Relações Exteriores, após ele ter enviado em março uma série de telegramas a embaixadas e representações brasileiras no exterior alertando para a possibilidade de um golpe de Estado no Brasil.

Na época, o Itamaraty afirmou que as mensagens haviam sido enviadas sem autorização superior. Buscado por Opera Mundi na ocasião para esclarecimentos com relação à exoneração de Rondó, a pasta informou que se trata de "substituição natural de um ocupante de cargo em confiança, e da movimentação habitual de membro do Serviço Exterior Brasileiro".